

# Patrimônios em disputa: agendas, agentes e agenciamentos patrimoniais

## Disputed heritage: agendas, actors, and heritage agency

**Thiago Barcelos Soliva**

Universidade Federal do Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, Minas Gerais, Brasil

**Patrícia Lânes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Milton Ribeiro**

Universidade do Estado do Pará, Belém, Pará, Brasil

### RESUMO

Este texto é a apresentação do dossiê intitulado “Patrimônios em disputa: agendas, agentes e agenciamentos”. Nos últimos anos, temos assistido a uma ampliação sem precedentes do campo de ação do patrimônio. Essa ampliação tem gerado debates acalorados em torno das demandas por processos de patrimonialização operadas por um conjunto diversificado de agentes que têm cada vez mais incorporado a linguagem do patrimônio para a construção de sujeitos políticos e demandas por direitos. Considerando esse estado de coisas, o objetivo deste dossiê é situar desde a antropologia um conjunto de questões centrais para a compreensão dos contenciosos, jogos de interesse e formas de agenciamento relacionados ao manejo das políticas patrimoniais na atualidade. Nessa apresentação, buscamos privilegiar a história das formas de gestão das políticas patrimoniais no Brasil, focalizando as diferentes maneiras como o estado brasileiro se aproximou ou não da noção de diferença. Dialogando com a literatura sobre memória, procuramos ainda discutir como a antropologia tem pensado as políticas de memória através das estratégias memorialísticas operadas por coletivos historicamente silenciados na agenda do patrimônio. Assim, o conjunto de artigos que compõem esse dossiê situa suas preocupações nesse terreno contestado e movedição no qual circulam agentes, agendas políticas e estratégias de agenciamento que negociam outras narrativas patrimoniais. Com base em abordagens etnográficas, reunimos artigos que nos ajudam a adensar as reflexões sobre patrimônios insurgentes e incômodos, contramemórias e memórias sensíveis, a fim de promover um debate produtivo sobre patrimônios, direitos humanos e exercício da cidadania.

**Palavras-chave:** Patrimônios insurgentes, Disputas, Políticas patrimoniais.

---

Recebido em 1 de junho de 2026.

Aceito em 8 de junho de 2026.

---

**ABSTRACT**

This is the presentation of the dossier titled “Heritage in Dispute: Agendas, Actors, and Agency”. In recent years, we have witnessed an unprecedented expansion of the scope of heritage. This expansion has sparked heated debates surrounding demands for heritage designation processes driven by a diverse group of actors who have increasingly incorporated the language of heritage to construct political subjects and advocate for rights. Given this state of affairs, the objective of this dossier is to situate, from an anthropological perspective, a set of central questions for understanding the disputes, power plays, and forms of agency related to the management of heritage policies today. In this presentation, we seek to prioritize the history of heritage policy management in Brazil, focusing on the different ways in which the Brazilian state has engaged with – or failed to engage with – the notion of difference. Engaging with the literature on memory, we also seek to discuss how anthropology has conceptualized memory policies through the memorialization strategies employed by collectives historically silenced in the heritage agenda. Thus, the collection of articles that make up this dossier situates its concerns within this contested and shifting terrain, where agents, political agendas, and strategies of agency circulate, negotiating alternative narratives of heritage. Drawing on ethnographic approaches, we have compiled articles that help deepen our reflections on insurgent and uncomfortable heritages, counter-memories, and sensitive memories, with the aim of fostering a productive debate on heritage, human rights, and the exercise of citizenship.

**Keywords:** Insurgents heritages, Disputes, Policies heritages.

**INTRODUÇÃO**

Com notável lucidez, Eduardo Galeano afirmou: “[...] as estátuas que sobram são quase tantas como as estátuas que faltam” (Galeano, 2023, p. 23). O autor de *As veias abertas da América Latina* conseguiu sintetizar nessa sentença uma série de contradições e relações de poder em torno das políticas de memória no contexto contemporâneo. De fato, é possível afirmar que a memória tem se convertido em arena privilegiada de debates políticos, polêmicas, contenciosos e lutas interpretativas mobilizadas por diferentes coletivos, instituições e, até mesmo, por nações inteiras. As “batalhas da memória”, na feliz expressão de Pollak (1989), têm impactado práticas patrimoniais e museais engajadas em tentativas de revisão da memória coletiva oficial.

Em um passado recente as políticas patrimoniais tinham por finalidade precípua oferecer materialidade ao Estado Nação, excluindo, nesse processo, as “memórias subterrâneas” (Pollak,

1989). É fortuna na literatura especializada trabalhos que se dedicaram à tarefa de compreender os diferentes artifícios simbólicos e políticos que produziram certo efeito de substância ao Estado. No caso brasileiro, muitos desses estudos se voltaram para a análise dos símbolos responsáveis por “formar as almas” da nação (Carvalho, 2017), os homens públicos e heróis nacionais (Abreu, 1996; Carvalho, 2017), a emergência das políticas patrimoniais (Chuva, 2012; Londres, 2007) e as narrativas históricas articuladas pelos museus nacionais (Santos, 2006).

De forma crítica, essa literatura ajudou a denunciar o caráter nada desinteressado porque elitista, masculino e embranquecido das políticas patrimoniais. A “triste tradição”<sup>1</sup> marcada pela combinação entre ações patrimoniais e práticas estatais autoritárias foi certamente uma característica perene das políticas patrimoniais brasileiras ao longo de sua trajetória. Esse cenário só passaria por transformações a partir da segunda metade da década de 1970. Nesse momento, uma combinação de fatores contribuiu para que ocorressem algumas mudanças operadas na forma de interpretar os patrimônios nacionais.

Os estudos de Márcia Chuva (2003), Regina Abreu (1996) e Maria Laura Cavalcanti (2019) documentaram fartamente as transformações ocorridas na burocracia estatal do período responsáveis por criar condições para a ampliação das políticas patrimoniais para além do dispositivo do tombamento de bens materiais. Além dessas transformações internas, Abreu (1996) também destaca o impacto da dinâmica internacional, especialmente a influência exercida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em acordos e convenções relacionados ao tema. É possível perceber que a trajetória das políticas patrimoniais no Brasil seguiu padrões semelhantes a de outras nações do mundo ocidental.

O conjunto dessas práticas estatais se articulou em torno de ações de preservação marcadas por uma “retórica da perda”, diz Gonçalves (1996), voltada para a consagração de bens culturais assumidos como autênticos representantes da nacionalidade (Chuva, 2003). Poderíamos dizer que esse conjunto de investimentos estatais no campo patrimonial instituiu uma “política pelo estado”, caracterizada pelo autoritarismo, elitismo e ausência de alteridade. Suas ações serviram a um propósito claro, a construção de uma “vitrine”, como bem definiu Galeano (2023), através da qual o “[...] sistema exhibe seus velhos disfarces, mente pelo que diz e mente mais pelo que cala. Esse desfile de heróis mascarados reduz nossa deslumbrante realidade ao espetáculo anão da vitória dos ricos, dos brancos, dos machos e dos militares” (Galeano, 2023, p. 16).

---

<sup>1</sup> Ao analisar a construção das políticas culturais no Brasil, Rubim (2007) chamou a atenção para algumas “tristes tradições” sobre as quais se articularam essas políticas. Uma dessas “tristes tradições” foi certamente a aliança entre políticas culturais e governos autoritários.

Esse momento sofreu importante inflexão com a gestão de Aloísio Magalhães no IPHAN/Pró-memória no final da década de 1970. Ainda que curta, essa experiência de gestão gerou desdobramentos que foram centrais nos primeiros momentos dos anos 2000. O processo de elaboração do Decreto nº 3.551/2000 e a criação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial inauguraram outra inflexão importante nessas políticas.

A possibilidade de incorporar a “diferença” nas ações patrimoniais através das reivindicações feitas por coletivos historicamente excluídos da maquinaria patrimonial vai possibilitar a construção de “políticas com o estado”. Nessa direção, Abreu (2015) constituiu a ideia de *patrimonialização das diferenças* para fazer referência à maneira como o Decreto nº 3.551 conformou “mecanismos de valorização” dos “aspectos imateriais do patrimônio cultural”. Com isso, foram instituídos o inventário de bens culturais e “o registro daqueles considerados merecedores de uma distinção por parte do estado”.

Nesse cenário, as ações patrimoniais passam a contar com a participação ativa de movimentos sociais, detentores de saberes tradicionais, pessoas antropólogas e outros agentes centrais na construção de um repertório de ações como: dossiês, solicitação de registro de seus bens culturais e de planos de salvaguarda articuladas ao campo do patrimônio imaterial.

Nos últimos anos, os contenciosos em torno das políticas patrimoniais têm suscitado ainda dramas sociais voltados para o reconhecimento de situações de violências e outras formas de violações em contextos de desigualdade extrema como foi o caso do processo de colonização, das guerras, das ditaduras e outras memórias traumáticas. Configura-se assim um outro momento dessas políticas patrimoniais que poderíamos nomear de “políticas contra o Estado”.

Estas últimas refletem um compromisso crítico com os “espaços em branco da história”, como nos diz Saidiya Hartman (2021), compreendendo, assim, estratégias diversas como: descolonização de acervos museológicos, pedidos de restituição de objetos adquiridos em contextos de violência, destruição de monumentos erguidos aos ditadores, colonizadores, comerciantes de pessoas escravizadas etc.

Resumidamente, passamos de uma “política pelo estado” para “políticas com o estado” e chegando, finalmente, em “políticas contra o estado”, evidenciando as disputas (e os incômodos diante das políticas patrimoniais coloniais e violentas), obviamente, mas caracterizando as mudanças significativas na formação de agendas, nos perfis e origens dos agentes e nas dinâmicas nos agenciamentos patrimoniais.

## TRANSBORDAMENTOS DA MEMÓRIA

Alguns estudos têm se dedicado a analisar o que tem se convencionado chamar de obsessão pela memória e pelo passado nos tempos presentes (Huyssen, 2000; Robin, 2016; Sodaro, 2019). Amy Sodaro (2019) definiu esse fenômeno como “*boom da memória*”. Para essa autora, o interesse pela memória tem permeado diferentes setores das sociedades ocidentais, atravessando agendas de estudos acadêmicos, ações da sociedade civil e produções da cultura popular através de diferentes formatos e suportes que transcendem a monumentalidade dos museus e memoriais.

A expansão do interesse pela memória tem carreado ainda transformações importantes nas formas de rememoração elaboradas, sobretudo, por coletivos engajados em disputas memorialísticas. Conforme avalia Sodaro (2019), se no século XIX, o interesse pela memória esteve relacionado à consagração do Estado-nação (com sua feição branca, católica e cisheteronormativa), no século seguinte os processos de rememoração carregam um sentido de “ajuste de contas” com um passado marcado por violências e formas de opressão (Sodaro, 2019).

Faz sentido, então, perceber o crescimento expressivo nos últimos anos de arquivos, lugares de memória, museus e memoriais referidos às denúncias de violação de direitos humanos como parte desse novo contexto. Com isso, é importante considerar que Lélia Gonzalez (2018, p. 194) afirmou que: “[...] a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção”.

Para Régine Robin (2016, p. 31), “o passado não é livre. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado”. Como objeto de litígio, o passado é sempre marcado por negociações tensas, quase sempre não satisfatórias para os diferentes atores que compõem as disputas memoriais. O trabalho memorial, para a autora, implica compreender camadas do tempo, ou seja, os “esquecimentos eficazes” que produzem as bases de um movimento oscilante entre o “capricho das razões” e as “razões do presente”.

A gestão do passado, para a autora, constitui questão fundamental do presente. Esse processo tem levado a um excesso de memória cujo principal risco seria a saturação, uma fadiga relacionada à obsessão pelo passado, uma relação inquieta que, dentre outras características, materializaria ansiedades marcadas pela prática do “tudo guardar”, diz Robin (2016). Esse movimento encerra alguns dilemas, como: “congelamento geral, patrimonialização de tudo, de si mesmo, de seu corpo, de seus órgãos, de seus objetos. Paixão pelo arquivamento e pela

conservação. Estocamos, queremos tudo sedimentar (Robin, 2016, p. 22).

Andreas Huyssen (2000) constatou uma mudança importante na forma de valorar o tempo nas sociedades ocidentais. Se nas primeiras décadas do século XX, o futuro ganhava destaque nos discursos, sensibilidades e imaginários associados à ideia de modernidade, a partir da década de 1980 esse panorama sofreu transformações importantes. O presente passa a ser habitado pelo passado em um fenômeno que o autor chamou de “passados presentes” em contraste com os “futuros presentes” característicos da cultura ocidental de antanho.

Essa nova temporalidade resultou de uma série de processos históricos e fenômenos da cultura de massas que promoveram uma “musealização do mundo”, processo no qual todos nós estamos engajados de alguma forma. Para Huyssen (2000) é como se estivéssemos ambicionando conseguir uma “recordação total”. O autor chamou esse processo de “cultura da memória”. Nele, não existe um contraste entre “memória séria” e “memória trivial”, as tramas da memória são confeccionadas pelo material da história, mas também por objetos culturais produzidos pela cultura de massa, como filmes, documentários etc.

O conjunto desses estudos tem nos ajudado a compreender os impasses implicados nesses transbordamentos da memória. Os perigos da “memória saturada”, em expressão de Robin (2016), caminham de forma paralela aos trabalhos da memória. Diante desse dilema, como podemos contribuir com os esforços de construção de uma “rememoração produtiva”, conforme Huyssen (2000)?

Um possível caminho talvez seja admitir os “restos” da memória. A literatura que busca restituir a memória e história dos “descartáveis” e dos “derrotados” tem chamado a atenção para os “restos” como única lembrança possível daquelas pessoas cujas vidas estão à margem da história (Hartman, 2021). Como é possível falar em excesso de memória quando existem tantos restos? Como falar em excesso de memória em meio a condições desiguais de produção de narrativas sobre o passado (Trouillot, 2016)? Como falar de memórias subterrâneas em épocas de saturação (Pollak, 1989)?

Quem sabe, talvez, não estejamos vivenciando um excesso de memória, mas um transbordamento de “lembranças dissidentes” (Pollak, 1989). Essas lembranças constituem uma forma de defesa à colonização das memórias, com a proliferação de contramemórias e políticas anti-patrimônio, por exemplo. Para Galeano (2023, p. 16-17), “a memória que merece resgate está pulverizada. Estalou em pedaços”.

O resgate dessa memória constitui a defesa de diferentes modos de vida. É um exercício de contracolonialismo, em expressão de Nêgo Bispo (Santos, 2023). Os efeitos desse transbordamento da memória nas práticas culturais e políticas vêm se constituindo como tema



importante de análise antropológica ao focalizar os agenciamentos e estratégias memorialísticas operadas por coletivos historicamente silenciados na agenda do patrimônio, como os povos indígenas e quilombolas e a população negra e LGBTQIA+, por exemplo.

Esses debates têm ganhado ressonância na literatura antropológica sobre patrimônios e museus. Essa literatura tem crescido em volume e diversidade temática nos últimos anos. Tal crescimento tem implicado mudanças significativas nos modelos teóricos adotados para analisar os bens culturais objetos de processos de patrimonialização e musealização. Desde a Antropologia, um investimento intelectual renovado tem assumido a noção de diferença como uma categoria central para os debates sobre patrimônio atualmente.

Regina Abreu (2015) tem se ocupado desse processo de expansão do patrimônio utilizando a categoria “patrimonialização das diferenças” para análise (Abreu, 2015). E Benoît de L’Estoile (2022), em trabalho recente de revisão sobre as tendências desse campo de estudos, avalia que o processo de “patrimonialização das diferenças” tem desencadeado uma nova agenda de pesquisas no debate patrimonial, ancorada no que ele chamou de “diferenciação dos patrimônios” (L’Estoile, 2022).

Esta “diferenciação dos patrimônios” tem se expressado em um mosaico de novos repertórios patrimoniais: patrimônios afro-brasileiros, patrimônios indígenas, patrimônios urbanos, patrimônios LGBTQIA+, museus indígenas, museus memoriais e museus comunitários. Estes são o resultado de formas de agenciamento de coletivos cujos corpos, práticas e memórias são marcadas pela ausência nas narrativas patrimoniais hegemônicas.

A complexificação da arena de disputas no campo dos patrimônios tem não somente ampliado o “vocabulário do patrimônio” (Gonçalves, 2012), mas levado pesquisadoras e pesquisadores a interagir com outros campos de conhecimento e teorias críticas, como teorias decoloniais, crítica feminista, teoria queer e interseccionalidades. Nesse cenário, perspectivas de análise, como a decolonial, têm assumido um caráter operacional estratégico na gramática de lutas que esses coletivos têm operado. Novos suportes de memória têm sido reivindicados na perspectiva de denunciar os perigos da “história única”, em expressão de Chimamanda Adichie (2009), ou de convocar outras “vozes da história”, ou vozes subalternas, para o centro das disputas (Guha, 2002).

De acordo com Santos (2021), no Brasil, esse movimento parece ter tomado corpo a partir do fim da ditadura militar e da retomada do regime democrático. Ao analisar a trajetória dessas políticas de memória, a autora avalia como conflituosa a relação do estado brasileiro com a construção da memória do período pós-ditadura. As tensões entre diferentes setores do governo, sobretudo militares, na condução de ações de “desarquivamento do passado” impõem

limites importantes à efetivação dessas políticas.

É importante destacar também a ausência de grupos historicamente marginalizados como indígenas, camponeses e LGBTQIA+ nos processos de reparação e na participação na construção dessas ações. Todos esses conflitos se tornaram ainda mais intensos com a ascensão de discursos e práticas ultraconservadoras como aqueles que determinaram o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, até aqueles que garantiram a vitória de Jair Bolsonaro nas urnas, em 2018.

As estratégias de “falsificação do passado” operadas por esses discursos acentuaram a necessidade de adensar a relação entre memória, patrimônios e cidadania. Frente a esse contexto, rememorar o passado tornou-se estratégia política estratégica para coletivos historicamente silenciados. As disputas contra o esquecimento assumiram a forma de luta por *justiça reparativa* (Lao-Montes, 2007).

É diante desse contexto que situamos a necessidade de refletir sobre as diferentes agendas, agentes e estratégias de agenciamento que envolvem a contestação de narrativas patrimoniais canônicas, ou a “[...] descolonización de la memoria, el imaginario y las constelaciones globales del poder” (Lao-Montes, 2007, p. 150). Reunimos nesse dossiê, artigos que, desde abordagens etnográficas, nos ajudam a adensar as reflexões sobre patrimônios insurgentes e incômodos, contramemórias e memórias sensíveis, a fim de promover um debate produtivo sobre patrimônios, direitos humanos e exercício da cidadania.

## APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Este dossiê apresenta uma seleção de artigos que colocam em perspectiva as disputas e constituições de diversas agendas em processos patrimoniais em distintas regiões do Brasil. Dois desses textos tratam de processos de patrimonialização imaterial tendo em vista realidades bastante distintas entre si. Os focos de compreensão dos artigos partem de atores, agentes, eventos relacionados a agenciamentos patrimoniais que evidenciam as “políticas pelo estado”, “políticas com o estado” e “políticas contra o estado”.

Nesta apresentação, buscamos privilegiar a história das formas de gestão das políticas patrimoniais no Brasil, focalizando as diferentes maneiras como o Estado Brasileiro se aproximou ou não da noção de diferença, no sentido de constituí-la como patrimônio ou não. Dialogando com a literatura sobre memória, procuramos ainda discutir como a Antropologia tem pensado as políticas de memória através das estratégias memorialísticas operadas por coletivos historicamente silenciados na agenda do patrimônio.



Em *A patrimonialização do ofício de parteira tradicional no Brasil: reparação social e descolonização epistêmica no cenário dos patrimônios em disputa*, Elaine Müller, Júlia Morim, Hugo Menezes Neto e Marina Maria Teixeira da Silva abordam o complexo processo de registro e reconhecimento do ofício, saberes e práticas das parteiras tradicionais como patrimônio cultural imaterial do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo em vista seu processo administrativo. Ou seja, é na burocracia estatal, em suas dinâmicas e considerando os múltiplos agentes envolvidos em uma longa trajetória até o reconhecimento que as pessoas autoras encontram seu campo de pesquisa e de atuação. Discutem, ao longo do texto, o que o Estado considera ou não como bem cultural e as disputas que permeiam a ideia de patrimônio quando se trata de saberes femininos e de matrizes afro-indígenas. Evidenciam disputas e conflitos entre saber biomédico ocidental e práticas tradicionais, que resultaram, em 2012, no indeferimento de seu reconhecimento como patrimônio imaterial, e analisam a rearticulação necessária por meio de mobilização política e reformulação técnica que, em 2015, culminou na elaboração de um dossiê nacional para, quase dez anos depois, em 2024, resultar em seu reconhecimento como bem imaterial. Aqui, autoras nos apresentam como “a maquinaria patrimonial (Jeudy, 2005)” pode funcionar “a favor do enfrentamento ao epistemicídio e a da luta por reparação histórica” quando segue diretrizes democráticas e inclui agentes das classes populares e de culturas tradicionais.

É também a partir do Estado, que Nina Fontes Gomes analisa o processo de patrimonialização do ritual Yaokwa do povo Enawene Nawe. Em *A patrimonialização do ritual Yaokwa: tramas e possibilidades de reparação simbólica e material para os Enawene Nawe*, a autora mapeia trajetórias burocráticas e políticas junto ao IPHAN e à UNESCO entre 2006 e 2024, discutindo tal processo como um instrumento potencial de reparação simbólica e material frente à vulnerabilidade histórica colonial e à escassez de políticas públicas. Partindo de abordagem etnográfica documental e não linear, a autora investiga as ambiguidades inerentes às políticas de salvaguarda cultural, que operam tanto como ferramentas estratégicas de visibilidade e garantia de direitos quanto como mecanismos de governamentalidade tutelar e manutenção de estruturas assimétricas de poder do Estado. O caráter material dessa política evidencia-se na gestão de conflitos ecológicos e territoriais — ilustrado pela escassez de peixes causada por hidrelétricas na bacia do Juruena e pela consequente necessidade de arranjos financeiros institucionais para a realização do ciclo cerimonial —, o que posiciona o patrimônio imaterial não como um fim isolado, mas como uma porta de entrada normativa e estratégica para a soberania ecológica e a justiça histórica dos povos originários.

O artigo *Tombamento de sítios e proteção de territórios quilombolas: conjecturas*

*para uma cachoeira do Rio Trombetas*, de Luciana Gonçalves de Carvalho, também aborda o papel estratégico do reconhecimento através do tombamento enquanto possibilidade de acesso e garantia de direitos, nesse caso, para a população quilombola. Ao analisar a viabilidade e as justificativas histórico-culturais para o tombamento constitucional da Cachoeira Porteira, um sítio de relevante interesse etnográfico e paisagístico localizado no Rio Trombetas, em Oriximiná-PA, a autora reflete sobre o papel desse instrumento patrimonial na efetivação de direitos territoriais e ambientais de comunidades quilombolas. Fundamentada em revisão bibliográfica, pesquisa documental e dados empíricos obtidos em inventários de referências culturais (INRC) desenvolvidos entre 2012 e 2025, o artigo apresenta o mapeamento das normativas de proteção espacial e historiciza a atuação do IPHAN, evidenciando as barreiras conceituais e o vácuo prático que, por mais de três décadas, mantiveram as reminiscências quilombolas sob uma perspectiva colonial. O estudo demonstra que a recente Portaria nº 135/2023 do IPHAN reconfigura esse cenário ao simplificar o rito administrativo e adotar uma perspectiva biocultural integrada que valoriza a autoidentificação e o consentimento prévio. Conclui-se que o tombamento da referida barreira rochosa — ressignificada de forma afetiva como “Mãe Cachoeira” por ter servido de escudo geográfico contra expedições de recaptura escravista — atua como uma camada de salvaguarda estratégica e um mecanismo de resistência coletiva contra as ameaças de gentrificação e megaprojetos de infraestrutura hídrica na região amazônica.

Há, ainda, um conjunto de artigos que nos apresentam distintas maneiras de articular o debate patrimonial e de memória a múltiplas corporalidades, enfrentando a dominação racista, patriarcal e heteronormativa que predomina historicamente nas políticas de patrimonialização e memorialização pública em nossa sociedade.

Em *Entre fé, corpo e performance: o Círio de Nazaré como patrimônio imemorial e as negociações de gênero nas festas e rituais*, Ronaldo Trindade, Milton Ribeiro e Ana Lídia Nauar Pantoja tomam o Círio de Nazaré e suas manifestações extraoficiais associadas — especificamente o Auto do Círio e a Festa da Chiquita —, a fim de discutir a festividade como um patrimônio imemorial constituído por práticas corporais, performances rituais e dinâmicas de gênero na cidade de Belém do Pará. Fundamentada em uma abordagem antropológica e performativa ancorada em observações etnográficas conduzidas entre 2010 e 2025, a pesquisa mobiliza os conceitos de liminaridade e *communitas* de Victor Turner, performatividade de Judith Butler e comportamento restaurado de Richard Schechner para demonstrar como o campo devocional opera como uma zona de hibridismo e interpenetração entre o sagrado e o profano. Ao focalizar a centralidade de corpos dissidentes e expressões LGBTQIA+ que

ressignificam a devoção mariana tradicional por meio do ativismo e da ocupação do espaço urbano, as pessoas autoras concluem que a vitalidade do Círio reside em sua capacidade porosa de acolher a diferença e reconfigurar identidades coletivas, demandando políticas de salvaguarda sensíveis que transcendam o inventário normativo institucional e assegurem o direito à cidade e a integridade das corporeidades plurais.

Já em *Testemunhar o ordinário: travestilidades, políticas de memória e transmutação no Museu da Imagem e do Som do Ceará*, Sol Alves de Lima analisa o processo de institucionalização de políticas de memória voltadas às travestilidades no Museu da Imagem e do Som do Ceará (MIS/CE), com foco no programa “Trair o CISTema” e no Ateliê de Criação Tecnologias Transvestigêneres, viabilizado pelo Edital nº 014/2023. Apoiando-se em uma abordagem etnográfica e em referenciais teóricos decoloniais e performativos — como os constructos de transmutação institucional, partilha do sensível e testemunho do ordinário —, a autora discute como práticas pedagógicas e artísticas *transcitradas* buscam fraturar a temporalidade linear, a cisonormatividade e a branquitude estruturais que historicamente regem o espaço museal. Os resultados da pesquisa demonstram que, embora a iniciativa promova fissuras contra-hegemônicas legítimas e fomenta a fabulação de novas memórias, o acesso regulado por ações afirmativas não anula as dinâmicas cotidianas de exclusão, as quais se reconfiguram em episódios de violência institucional, racismo, travestifobia e precariedade logística. O museu emerge como um território em permanente disputa, onde o ato de “hackear” protocolos burocráticos e estéticos converte a dor em denúncia e agência política, delineando uma transição institucional que permanece intrinsecamente instável, instigante e tensionada pelas estruturas de assimilação da diferença.

No artigo *Guerrilha Patrimonial: arte, corpo e narrativas na Paisagem Monumental do Recife*, Francisco Sá Barreto investiga o conceito de “guerrilha patrimonial” na paisagem urbana de Recife desde as intervenções artísticas contra hegemônicas de Clara Moreira e Juliana Notari, contrapondo-as à lógica patriarcal e decolonial materializada no monumentalismo oficial. Valendo-se de uma abordagem interdisciplinar qualitativa que cruza antropologia urbana, estudos de gênero e perspectivas decoloniais, o autor discute como os monumentos tradicionais, a exemplo da fálca “Torre de Cristal” de Francisco Brennand, funcionam como dispositivos estatais disciplinadores dedicados a apagar as violências fundadoras e a fixar memórias seletivas das elites masculinas. Em contraste, analisa-se como a “mulher gigante” de Clara Moreira rasura o urbanismo verticalizado para propor uma horizontalidade estética baseada no afeto cotidiano, enquanto a instalação escavada Diva, de Juliana Notari, opera como um monumentalismo “para dentro” que prospecta e expõe o sangue ocultado pelo sexismo

e racismo colonial. A guerrilha patrimonial não almeja a abolição dos espaços de memória urbana, mas, sim, sua subversão estratégica e contra colonial, abrindo fissuras no texto em pedra da metrópole para viabilizar o surgimento de narrativas e subjetividades historicamente marginalizadas.

Esse conjunto de artigos publicados nesta edição situam suas preocupações nesse terreno contestado e movediço no qual circulam agentes, agendas políticas e estratégias de agenciamento que negociam outras narrativas patrimoniais. Com base em abordagens etnográficas, reunimos propostas que nos ajudam a adensar as reflexões sobre patrimônios insurgentes e incômodos, contramemórias e memórias sensíveis, a fim de promover um debate produtivo sobre patrimônios, direitos humanos e exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

1. ABREU, Regina. A patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil. In: TARDY, Céline; DODEBEI, Vera (org.). **Memória e novos patrimônios**. Brasil/França: OpenEdition Press, 2015. p. 67-93.
2. ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
3. ADICHIE, Chimamanda. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
4. CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
5. CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. A proteção legal do patrimônio cultural imaterial no Brasil. In: TAMASO, Izabela; GONÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (org.). **A antropologia na esfera pública**: patrimônios culturais e museus. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 48-80.
6. CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 213-333, jul.-dez. 2003.
7. CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, IPHAN, Rio de Janeiro, n. 34, p. 147-165, 2012.
8. GALEANO, Eduardo. **Ser como eles**: e outros textos. Porto Alegre: L&PM, 2023.
9. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1996.
10. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: TAMASO, Izabela; LIMA FILHO, Manuel

- Ferreira (org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural**: trajetórias e conceitos. Brasília: ABA, 2012. p. 59-74.
11. GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa... Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018. p. 190-214.
  12. GUHA, Ranajiti. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.
  13. HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.
  14. HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
  15. L'ESTOILE, Benoît de. Trinta anos de patrimônios e museus no Brasil: fragmentos de memórias subjetivas. *In*: CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLO, Simone (org.). **Patrimônios e museus**: inventando futuros. Brasília: ABA Publicações; Natal: EDUFRRN, 2022. p. 11-33.
  16. LAO-MONTES, Agustín. Sin justicia étnico-racial no hay paz: las afro-reparaciones en perspectiva histórico-mundial. *In*: ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera; BARCELOS, Luiz Claudio (ed.). **Afro-reparaciones**: memorias de la esclavitud y justicia reparativa para negros, afrocolombianos y raizales. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2007. p. 131-152.
  17. LONDRES, Cecília. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. **Escritos: Revista da Casa de Rui Barbosa**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p.159-171, 2007.
  18. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.
  19. ROBIN, Régine. **A memória saturada**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.
  20. RUBIM, Antonio. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In*: RUBIM, Antonio (org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 11-36.
  21. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond; Ministério da Cultura: IPHAN: DEMU, 2006.
  22. SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Memória e ditadura militar: lembrando as violações de direitos humanos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 289-309, mai.-ago., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.177990>. Acesso em: 6 jun. 2026.
  23. SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora: Piseagrama, 2023.

24. SODARO, Amy. Museus memoriais: a emergência de um novo modelo de museu. **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 20, n. 44, p. 207-231, set.-dez., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1984724620442019207>. Acesso em: 6 jun. 2026.
25. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016.

*Thiago Barcelos Soliva*

Professor Adjunto IV da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Doutor em Ciências Humanas (Antropologia Cultural) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3355-6569>. Colaboração: Redação da apresentação e Revisão. E-mail: [thiago.soliva@ufvjm.edu.br](mailto:thiago.soliva@ufvjm.edu.br)

*Patrícia Lânes*

Docente da Especialização em Sociologia Urbana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7916-1840>. Colaboração: Redação da apresentação e Revisão. E-mail: [patricialanes77@gmail.com](mailto:patricialanes77@gmail.com)

*Milton Ribeiro*

Professor no Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará. Doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Pará. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7275-7614>. Colaboração: Redação da apresentação e Revisão final. E-mail: [milton.ribeiro@uepa.br](mailto:milton.ribeiro@uepa.br)